

Mineradores querem ser ouvidos na Nova Carta

74 JUL 1987
por Sérgio Danilo do Rio

“Creio que o setor mineral não pode passar despercebido na atual conjuntura e acredito que a nova Constituição deverá ouvir os seus segmentos: mineradores e garimpeiros”, disse ontem, a este jornal, no Rio, o deputado federal e 1º secretário da Assembléia Geral Nacional Constituinte, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Ele defende um novo reordenamento no campo mineral e a divisão do Ministério das Minas e Energia em duas Pastas: uma para cuidar dos assuntos de energia e outra, setorialmente de mineração e metalurgia. Cordeiro está otimista com a função da Constituinte e durante os debates com empresários do setor mineral comentou que a nova Constituição, que será votada ainda neste ano, vai avançar nas liberdades democráticas e conduzir o setor mineral para uma legislação mais avançada.

O deputado defendeu uma reforma radical no atual Código Brasileiro de Mineração, logo após o encerramento das atividades da Constituinte, adaptando o atual código à realidade brasileira, não desconhecendo a existência de mais de 10 mil empresas de mineração atuantes no setor e a de 600 mil garimpeiros com mais de 2 mil garim-

pos em ação em todo o Brasil. “Hoje o setor mineral vive um clima de intransigibilidade e a Nação tem um prejuízo inestimável pela redução dos investimentos no setor mineral”, disse.

Isso se deve a uma orientação ainda não promissora do governo em relação ao estabelecimento de uma política setorial. Cordeiro se mostrou cético na aprovação pela nova Assembléia Nacional Constituinte da manutenção do atual Imposto Unico sobre os Bens Minerais (IUM), disciplinado pelo Decreto-lei nº 108, de 21 de outubro de 1969.

O IUM destina hoje 70% de sua receita para os estados, 20% para os municípios e 10% é recolhida para a União, sendo o único imposto que é mantido setorialmente entre os diversos tributos da União.

A tendência, segundo

Cordeiro, é pressionar as secretarias de Fazenda dos Estados, visando a transformação do IUM em Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) — fato que vem sendo combatido por todas as lideranças empresariais do setor mineral e pela Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Mineração (Abemin), já, que, com a extinção deste imposto, as empresas filiadas deverão ficar sem recursos para sua manutenção.

Cordeiro adiantou aos empresários, no Rio, que a nova Constituinte deverá discutir, até a aprovação do texto final da nova Carta do País, os sistemas de concessão de alvarás, a propriedade do solo e do subsolo, a participação do capital estrangeiro e os direitos dos índios em negociarem suas áreas comunitárias com as empresas de mineração.

“Calote universal”

O secretário de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, Cláudio Accurso, está advertindo de que o estado, sem ajuda de fora, de forma alguma conseguirá pagar sua dívida, hoje em torno de CZ\$ 145 bilhões. Também está alertando que isso não

ocorre apenas com o Rio Grande, mas inclusive com o Brasil e até com os Estados Unidos que, segundo ele, já deve o equivalente a três PIB. “Como ninguém paga mais ninguém”, conforme Accurso, “o que acontecerá é um calote universal”.

(AG)